

GOVERNO SITIADO

Nada muda sem impeachment, diz Pastore

Para ex-presidente do BC, somente um novo governo seria capaz de adotar política econômica coerente e bem-feita

José Julio Senna, da FGV, afirma que administração de Dilma perdeu totalmente a capacidade de agir

BRUNO VILLAS BÔAS
DO RIO

Com a retomada do crescimento dependendo de reformas e do ajuste fiscal, economistas consideram que a mudança de governo, com um impeachment da presidente Dilma, seria uma das saídas para a crise econômica.

Em seminário no Rio nesta sexta (18), o ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore foi um dos economistas a sugerir esse caminho. Para ele, os desequilíbrios fiscais dificultam o trabalho do BC de conter a inflação.

“O Banco Central perdeu a potência da política monetária. Perdeu potência porque os desequilíbrios no lado fiscal são de tal ordem que transformam a política econômica em estilingue para matar elefante”, disse.

Segundo ele, existem dois caminhos: “O impeachment ou nada muda”:

“Muda o governo, entra um governo com legitimida-

de, com uma política econômica coerente e bem-feita, com uma agenda de reformas, muda totalmente o quadro. E aí voltamos a pensar numa política monetária.”

Homenageado durante o seminário pelos 70 anos, o professor José Julio Senna, do Instituto de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), fez coro com a ideia. Ele disse que acabar com o impasse político seria o ponto de partida de saída da crise.

“O governo perdeu totalmente a capacidade de agir, negociar, implantar reformas, introduzir medidas de políticas econômicas, mínimas que sejam. Então, mudança de governo é hoje requisito importante para as coisas se resolverem”, disse.

Segundo o economista, o desequilíbrio fiscal do país impede que a inflação brasileira caminhe para o centro da meta do governo, de 4,5% ao ano. A inflação fechou 2015 em 10,67%.

DOMINÂNCIA FISCAL

Essa perda de potência é algo discutido por economistas desde o ano passado. É o que se chama na teoria econômica de dominância fiscal —quando a piora nas finanças públicas acaba limitando

o uso de juros para controlar a inflação.

Isso ocorre num cenário em que a alta dos juros aceleram o endividamento público. Esse crescimento gera incertezas e leva investidores a sacar recursos desses títulos e migrar para o dólar, o que acaba gerando inflação.

Senna disse ainda que teme as consequências de uma possível “guinada à esquerda” na política econômica. Segundo ele, se o governo se mantiver no poder, terá pouco espaço para negociar com o Congresso e passaria a atuar “na marra”.

“O governo teria de adotar medidas que não dependessem do Congresso. Estamos falando de baixar juros, usar reservas cambiais. O uso das reservas para reduzir a dívida seria um erro, por exemplo. As reservas são um seguro contra pressões externas.”

O professor da PUC-Rio Afonso Bevilaqua, ex-diretor do BC, tem avaliação semelhante. Para ele, mesmo que o impeachment de Dilma saia de cena, dificilmente o governo teria apoio do Congresso para ser bem-sucedido.

Nesse cenário, ele disse, os investidores exigiriam um “prêmio” maior pelo risco brasileiro.

“Muda o governo, entra um governo com legitimidade, com uma política econômica coerente e bem-feita, com uma agenda de reformas, muda totalmente o quadro. E aí voltamos a pensar numa política monetária

“O governo perdeu totalmente a capacidade de agir, negociar, implantar reformas, introduzir medidas de políticas econômicas, mínimas que sejam. Então, mudança de governo é hoje requisito importante para as coisas se resolverem

Dólar cai a R\$ 3,58, e BC anuncia intervenção

EDUARDO CUCOLO
DE BRASÍLIA

O fechamento do dólar comercial em patamar inferior a R\$ 3,60 levou o Banco Central a anunciar nesta sexta (18) um leilão de contratos de câmbio que deve elevar a demanda pela moeda norte-americana.

O dólar à vista fechou a semana em queda de 1,36%, aos R\$ 3,6002, menor cotação desde 28 de agosto de 2015.

O comercial recuou 1,88%, a R\$ 3,5830, valor mais baixo desde 27 de agosto do ano passado.

Na próxima segunda-feira (21), o BC irá ofertar US\$ 1 bilhão em contratos de "swap" cambial reverso. A operação equivale a uma compra de dólares no mercado futuro. Se a

oferta for aceita integralmente pelo mercado, a instituição vai reduzir em US\$ 1 bilhão o estoque de contratos de "swap" cambial tradicional.

Desde março de 2013, quando o real parou de se valorizar em relação ao dólar, o BC não utilizava o "swap" cambial reverso como instrumento de intervenção.

O estoque de "swaps" tradicionais está hoje em US\$ 108 bilhões. É como se o BC tivesse vendido ao mercado esse valor em moeda estrangeira. Ao fazer o "swap" reverso, a instituição retira parte desses recursos do sistema financeiro.

Na quinta-feira (17), o BC já havia decidido reduzir o estoque em cerca de US\$ 2 bilhões, ao anunciar que a partir desta sexta-feira renovaria

apenas parte dos contratos tradicionais que vencem no começo de abril. As duas medidas, portanto, têm um impacto de pelo menos US\$ 3 bilhões, recursos que saem do mercado a partir de 1º de abril.

As principais mudanças no exterior foram a alta no preço de algumas commodities e, principalmente, a sinalização do Banco Central dos EUA (Federal Reserve) de que vai subir menos os juros neste ano, o que provocou uma rodada de desvalorização da dívida norte-americana.

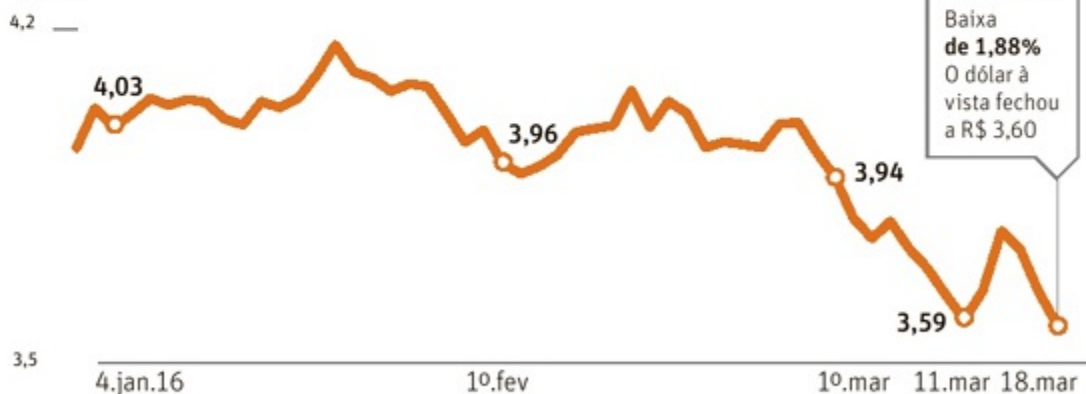
No Brasil, soma-se a isso a expectativa do mercado sobre a saída da presidente Dilma Rousseff do cargo, o que derrubou o risco país e aumentou a demanda por ativos brasileiros.

TRAJETÓRIA DE QUEDA

Mercado operou em baixa nesta sexta, após forte alta na quinta

DÓLAR COMERCIAL

Em R\$



-4,98%
foi o recuo do CDS, tipo de seguro contra calote, do Brasil nesta sexta (18), para 365,9 pontos

-0,19%
foi a baixa do Ibovespa na sexta, com 50.814,66 pontos

14,010%
foi a taxa de contratos futuros de juros para 2021 nesta sexta, de 14,060% no dia anterior

Fontes: Bloomberg, CMA e Reuters

Zanone Fraissat - 2.jun.2015/Folhapress



Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central

Leo Pinheiro - 11.mar.2016/Valor/Folhapress



José Julio Senna, do Instituto de Economia da FGV